

SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: UMA QUESTÃO DE GÊNERO?

VIII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR (PPGAT)
ANAIS



LIVRO DE RESUMOS

VIII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL
E SAÚDE DO TRABALHADOR (PPGAT)

13 E 14 DE MAIO, 2019. UBERLÂNDIA – MG

(Organizadores)

Ezequias Cardozo da Cunha Junior

Keyme Gomes Lourenço

Flávia de Oliveira Santos



**SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: UMA QUESTÃO DE
GÊNERO?**

APRESENTAÇÃO

Nos dias 13 e 14 de maio de 2019 foi realizado no Bloco 5S do Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) o VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT). O evento, promovido pelo Instituto de Geografia IG/UFU, dialogou o tema “Saúde, Ambiente, Trabalho: uma questão de gênero?”. Múltiplos são os aspectos que caracterizam o mundo do trabalho, sendo uma esfera dinâmica, atravessada pelas relações de gênero, constituindo-se em mais um componente de sua complexidade (Jussara Brito, 2005). Além disso, a posição social resulta da interação entre diferentes categorias, advindas, muitas vezes, de atributos biológicos que, por expressarem uma condição de desigualdade no espaço social, também determinam o "lugar social" de cada ser, atingindo o próprio processo saúde-doença, tais como raça/etnia, gênero e geração (Rosa Fonseca, 2005). Assim, motivado a contribuir ainda mais para a qualificação de trabalhadores na área da saúde ambiental e do trabalhador, o Mestrado Profissional envolveu uma equipe multidisciplinar para promover a atenção integral a essa temática com palestras e mesas redondas sobre a humanização nas relações de trabalho, bem como sobre o assédio moral e sexual nestes espaços, além da saúde ambiental de populações invisibilizadas e as relações entre questões de gênero e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Por fim, o evento promoveu a socialização de pesquisas científicas que encontraram novos olhares sobre questões de gênero que atravessam a saúde individual e coletiva, como também a saúde ambiental e no trabalho. A fim de pactuar respostas mais adequadas junto à sociedade e pesquisadores na área de gênero, trabalho, saúde e ambiente, proporcionando, uma melhor qualidade de vida para o pleno direito à cidadania, este livro compartilhará os novos olhares descobertos por meio destas pesquisas.

Ezequias Cardozo da Cunha Junior

Keyme Gomes Lourenço

Organizadores desta obra

Organização

Camila Santos Pereira
Cassia Tiemi Nakata
Clóvis da Silva Jaime
Daiane Cardoso da Silva
Ediane da Silva
Elcilene Marcia da Silva Otoni
Elinausa Lisboa dos Santos Garcia
Eunir Augusto Reis Gonzaga
Flávia Aparecida Freire de Almeida
Gabriel Terêncio Soares
Gisele Bento Sgotti
Isabel Cristiane de Noronha
Júlio Guilherme Azevedo de Oliveira
Jullya Andrade Pereira Brito
Karine de Jesus Mourão
Kelia dos Reis Simeão Moura
Leidiane Vieira Nunes Viana
Leiriane Alves de Souza
Leonardo Faria Martins
Marcos Alcides Pereira de Lima
Maria Luiza Ferreira
Mariana de Oliveira Rebello
Mônica Suely Soares
Osiane de Souza
Ronise Stael Simari
Rosana Paula Pires
Sylvia Gabriela Duarte Licindio
Viviane Maria de Queiroz Almeida
Yara de Paula Silva Abrahão

Comissão Científica

Camila Santos Pereira	Leidiane Vieira Nunes Viana
Cassia Tiemi Nakata	Leiriane Alves De Souza
Daiane Cardoso da Silva	Suely Soares
Elinausa Lisboa dos Santos Garcia	Rosana Paula Pires
Augusto Reis Gonzaga	Viviane Maria de Queiroz Almeida
Jullya Andrade Pereira Brito	Yara de Paula

VIII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR (PPGAT)

VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT).

Ezequias Cardozo da Cunha Junior, Keyme Gomes Lourenço e Flavia de Oliveira Santos (organização). Livro Saúde, Ambiente, Trabalho: uma questão de gênero? Livro de resumos Seminário PPGAT [recurso eletrônico on-line] = Anais eletrônico do VIII Seminário PPGAT, 2019. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2019.

Universidade Federal de Uberlândia - Instituto de Geografia, Campus Santa Mônica.
(Dezembro, 2019. Uberlândia, MG)

Título: Livro Saúde, Ambiente, Trabalho: uma questão de gênero? Livro de resumos Seminário PPGAT - ANAIS. Hygeia, Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde. v. 15, p. 1 - 23, 14 dez. 2019. ISSN: 1980-1726.

Modo de acesso: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/issue/archive>

1. Saúde Ambiental. 2. Saúde do Trabalhador 3. Trabalho. 4. Gênero.

Os textos apresentados são de inteira responsabilidade de seus autores.

PALESTRAS, MESAS E MINISTRANTES

Palestra: Humanização nas Relações Trabalho – Reflexos em tempos de reforma trabalhista.

Palestrante: *Karol Teixeira.*



Mesa redonda: Saúde Ambiental e as Populações Invisíveis.

Palestrantes: *Prof. Dr. Nilton Pereira; Vânia Lúcia; João Batista Ferreira dos Passos; Prof. Dr. Nilton Pereira.*



Palestra: Assédio Moral e Sexual no Ambiente de Trabalho.

Palestrante: *Juliana Andrade de Oliveira.*



Mesa redonda: IST'S e Saúde: uma questão de gênero?

Palestrantes: *Sayonara Nogueira; Ana Rosa Ribeiro Elias; Edval Dias Cantuário.*



VIII SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR

PATROCÍNIO



APOIO





VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT)

SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: uma questão de gênero?

13 e 14 de maio de 2019

SUMÁRIO

APLICAÇÃO DE ESTRATÉGIA FORMATIVA SOBRE GÊNEROS E SEXUALIDADES PARA A PREVENÇÃO DE IST.....	9
HIERARQUIA ESCOLAR E SAÚDE: INVERÇÕES OU INVENÇÕES DE TRABALHO?.....	10
EPIDEMIOLOGIA DA FEBRE CHIKUNGUNYIA, ENTRE JANEIRO DE 2017 A MARÇO DE 2019, EM UBERLÂNDIA (MG).....	11
PERFIL OCUPACIONAL DE MULHERES DE UBERABA – MINAS GERAIS.....	12
INDICADORES DE BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA EM MULHERES QUE EXERCEM TRABALHO REMUNERADO NO MUNICÍPIO DE UBERABA.....	13
MORBIDADES REFERIDAS, PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E TRABALHO REMUNERADO DE MULHERES: ESTUDO POPULACIONAL.....	14
A REFORMA TRABALHISTA E OS IMPACTOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO DIREITO À DESCONEXÃO DO TRABALHO.....	15
AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE PARA O TRABALHO EM MULHERES ECONOMICAMENTE ATIVAS DA CIDADE DE UBERABA – MG.....	16
SINTOMAS OSTEOMUSCULARES EM MULHERES TRABALHADORAS DE UBERABA/MG.....	17
O TRABALHO ESCRAVO MODERNO COMO FACETA DA DEGRADÂNCIA DO INDIVÍDUO NA SOCIEDADE.....	18
ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS, TRABALHO E TRANSTORNO MENTAL COMUM EM MULHERES COM TRABALHO REMUNERADO: INQUÉRITO DE SAÚDE DA MULHER.....	19
ASPECTOS BIOPSISSOCIAIS E A QUALIDADE DE VIDA DE TRABALHADORES DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE EM REGIÕES DISTINTAS.....	20
REVISÃO DAS PRÁTICAS DE SAÚDE E PREVENÇÃO DE IST EM AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS.....	21
RELATO DE EXPERIÊNCIA: QUALIDADE DE VIDA DE GESTANTES TRABALHADORAS.....	22
SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR: PARA ONDE CAMINHA O DIREITO?	23
CASOS DE ZIKA VÍRUS, ENTRE 2018 A MARÇO DE 2019, EM UBERLÂNDIA (MG)	24



VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT)

SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: uma questão de gênero?

13 e 14 de maio de 2019

APLICAÇÃO DE ESTRATÉGIA FORMATIVA SOBRE GÊNEROS E SEXUALIDADES PARA A PREVENÇÃO DE IST

Ezequias Cardozo da Cunha Júnior⁽¹⁾; Keyme Gomes Lourenço⁽²⁾; Daniela Cristina de Cario Calaça⁽³⁾; Augusto Helberty Silva⁽⁴⁾

¹Acadêmico do curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Uberlândia, ezequiasjunior@ufu.br;

²Acadêmico do curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Uberlândia;

³Acadêmica do curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia;

⁴Acadêmico do curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Uberlândia.

RESUMO

Contemporaneamente, dialogar com as temáticas de gêneros e sexualidades é relevante para a promoção da saúde e prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), uma vez que, as ações de conscientização sobre sexualidade humana e os papéis de gêneros na sociedade proporcionam a capacidade de refletir e intervir na saúde individual e coletiva. A incidência de IST e especialmente, a infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), constituem conspícuos problemas de saúde pública e continuam crescentes entre os jovens brasileiros. Em Uberlândia, o aumento da procura por exames de diagnóstico de IST entre universitários, no Serviço Municipal de Testagem e Aconselhamento, pode indicar neste grupo, um distanciamento do comprometimento com a prática de prevenção de IST. Nesta perspectiva, durante a XXVII Semana Científica do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), desenvolvemos com 35 estudantes universitários no minicurso “Seleção sexual em humanos: Sexualidades”, habilidades de reflexão dos conceitos de gêneros e problemáticas a par das sexualidades humanas. Na ação, distribuímos um recurso didático composto por quatro exemplares do “The Genderbread Person”, em português “Boneco do gênero”, desenvolvido especificamente para esta atividade, com o objetivo de estimular o entendimento dos conceitos de identidade e expressão de gêneros, sexo biológico e orientações sexuais. Com a aplicação do recurso didático, dialogamos sobre as sexualidades humanas e suas relações com a saúde. Esta proposta de conscientizar a comunidade universitária sobre as IST, por meio dos estudos de gêneros e sexualidades, demonstrou melhorar a saúde sexual do grupo universitário, por analisar, reinterpretar e relacionar as inúmeras expressões da sexualidade humana com a prevenção de IST. Dessa forma, atividades educativas sobre a prevenção de IST, por meio do ensino e aprendizagem podem transpor as fronteiras entre o campo do saber biológico e social, devido ao seu caráter multidisciplinar e, devem ser incentivadas na sociedade.

Palavras-chave: Gêneros e sexualidades. Estratégias de prevenção. IST.

REFERÊNCIAS

DA COSTA, Thais dos Santos et al. Escola, sexualidade, práticas sexuais e vulnerabilidades para as infecções sexualmente transmissíveis (IST). *Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão*, v. 4, n. 1, 2017.

GUIMARÃES, Denise Alves et al. Formação em saúde e extensão universitária: discutindo sexualidade e prevenção de IST/aids. *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde/Brazilian Journal of Health Research*, v. 19, n. 2, p. 124-132, 2018.

PINHEIRO, Thiago Félix; COUTO, Márcia Thereza. Sexualidade e reprodução: discutindo gênero e integralidade na Atenção Primária à Saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 23, p. 73-92, 2013.



VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT)

SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: uma questão de gênero?

13 e 14 de maio de 2019

HIERARQUIA ESCOLAR E SAÚDE: INVERÇÕES OU INVENÇÕES DE TRABALHO?

Keyme Gomes Lourenço⁽¹⁾; Ezequias Cardozo da Cunha Júnior⁽²⁾; João Pedro Santos Pereira⁽³⁾; Daniela Cristina de Cario Calaça⁽⁴⁾

¹Acadêmico do curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Uberlândia, keyme@ufu.br;

²Acadêmico do curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Uberlândia;

³Acadêmico do curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Uberlândia;

⁴Acadêmica do curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

RESUMO

A escola enquanto instituição atua como principal base na construção de cidadãos, agindo de forma significativa na idealização e construção de saberes. Seguindo alguns referenciais do documentário – Quando sinto que já sei (2014), nos colocamos no questionamento, se a comunidade escolar tem consciência de sua importância para a cultura humana, se entende que isso acontece de maneira hierárquica e se há aos relacionados (professores, gestores, funcionários, supervisores, estudantes, família, etc.) condições saudáveis de trabalho. Utilizando um jogo construído para esta finalidade, investigamos quais são os níveis hierárquicos existentes e como essa hierarquização interfere na saúde de seus funcionários. Quinze trabalhadores envolvidos no ambiente de uma escola da rede municipal de Uberlândia-MG participaram de nossa pesquisa. Em nossas observações, os professores são interpretados pelos trabalhadores participantes como os “responsáveis” por manter saudável a comunidade escolar, principalmente por ter uma relação direta com os estudantes, atuando como facilitador e promotor da conversa do estudante para com o mundo. Sabendo a importância do professor, questionamos como continua a formação desses profissionais. Como eles são formados? Por quem? Têm discussões sobre saúde? Há programas que oferecem alicerce para a melhora do ambiente de trabalho desses profissionais? Há apoio da gestão? Em contrapartida, os gestores foram indicados como os principais responsáveis apenas uma vez e aparecem ocupando o último lugar na maioria dos resultados obtidos. No entanto, sabemos que não deveria ser assim, pois a comunidade de gestores do ambiente escolar está ligada diretamente com a saúde e bem-estar de, – talvez pretensiosamente – toda a comunidade escolar, incluindo os próprios gestores. Realizando comunicações diretas com órgãos governamentais de educação, saúde e trabalho os gestores são de extrema importância para a saúde do ambiente escolar e nem por isso, são considerados relevantes para essa questão, talvez por estabelecerem relações hierárquicas conflituosas com a comunidade escolar.

Palavras-chave: Hierarquia. Saúde escolar. Organização de trabalho.

REFERÊNCIAS

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. Formação de Professores: as TIC estruturando dinâmicas curriculares horizontais. ARAÚJO, Bohumila; FREITAS, Katia S.(coords.). Educação a Distância no contexto brasileiro: experiências em formação inicial e formação continuada. Salvador: ISP/UFBA, p. 73-92, 2007.

CASEMIRO, Juliana Pereira; FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da; SECCO, Fabio Vellozo Martins. Promover saúde na escola: reflexões a partir de uma revisão sobre saúde escolar na América Latina. Ciência & saúde coletiva, v. 19, p. 829-840, 2014.



VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT)

SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: uma questão de gênero?

13 e 14 de maio de 2019

EPIDEMIOLOGIA DA FEBRE CHIKUNGUNYIA, ENTRE JANEIRO DE 2017 A MARÇO DE 2019, EM UBERLÂNDIA (MG)

Elisângela de Azevedo Silva Rodrigues⁽¹⁾; Iram Martins Costa⁽²⁾

¹Professora de Geografia, Prefeitura Municipal de Uberlândia, elisangelarodrigues@yahoo.com.br;

²Geógrafo, Prefeitura Municipal de Uberlândia.

RESUMO

A Febre Chikungunya é uma doença arbovírus transmitida por mosquitos *Aedes aegypti*. A Secretaria Municipal de Saúde confirmou a ocorrência de Chikungunya em Uberlândia no ano de 2015. O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de estudar a situação epidemiológica da Chikungunya, dando a conhecer a distribuição espacial e sazonal, a faixa etária e sexo dos pacientes, no período de janeiro de 2017 a março de 2019, no município de Uberlândia. A pesquisa foi feita por meio do levantamento de casos da doença no banco de dados da Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia. No período do estudo foram confirmados 180 casos da doença, no ano de 2017 foram 100 casos, em 2018, 47 casos e de janeiro a março de 2019 foram confirmados 33 casos. Os bairros com maior incidência de Chikungunya estão localizados no Setor Norte do município, Presidente Roosevelt e Jardim Brasília, com vulnerabilidade social de baixa à média e baixa à alta, respectivamente (LIMA, 2016). De acordo com caracterização de ocupação, aspectos biogeográficos ambos os bairros são vizinhos e encontram-se próximos à nascente dos córregos Buritizinho e Liso, os quais recebem o descarte de lixo por parte da população local (SOUZA & PEDON, 2007). A maior taxa de incidência de casos foi notificada no primeiro quadrimestre de cada ano. Considerando o perfil epidemiológico, 62% da população total afetada pela doença foram do sexo feminino. O fato das mulheres serem mais acometidas pela doença se justifica pela maior permanência da mulher no intra e peridomicílio, onde ocorre predominantemente a transmissão de doenças pelo *Aedes aegypti* (DOS SANTOS FLÔR, et.al., 2017). A faixa etária predominante no sexo feminino foi entre 22 a 59 anos. A análise da situação epidemiológica da Chikungunya em Uberlândia revela um grave problema de saúde pública como grande parte dos municípios do país.

Palavras-chave: Epidemiologia. Vulnerabilidade. Chikungunya.

REFERÊNCIAS

DOS SANTOS FLÔR, C., COSENTINO, S. F., DO CARMO JAHN, A., DOS SANTOS COLOMÉ, I. C., SOLER, M. D. G. P. Enfrentamento da dengue em um município do Rio Grande do Sul: Relato de experiência. Revista Espaço Ciência & Saúde v. 5, n. 01, p. 84-103, 2017.

LIMA, F. A. Territórios de vulnerabilidade social: construção metodológica e aplicação em Uberlândia-MG. p.148. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Instituto de Geografia Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. Território e identidade. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas. Três Lagoas-MS, v. 1, n. 6, p. 126-148, 2007.



VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT)

SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: uma questão de gênero?

13 e 14 de maio de 2019

PERFIL OCUPACIONAL DE MULHERES DE UBERABA – MINAS GERAIS

Thais de Souza Toledo⁽¹⁾; Gabriela Rodrigues⁽²⁾; Isabel Aparecida Porcatti de Walsh⁽³⁾; Jessica Carvalho Lima⁽⁴⁾

¹Programa de Mestrado em Fisioterapia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, tha-st@hotmail.com;

²Acadêmica do curso de Fisioterapia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro;

³Docente do curso de Fisioterapia e Programa de Mestrado em Fisioterapia Universidade Federal do Triângulo Mineiro;

⁴Mestranda do Programa de Mestrado em Fisioterapia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

RESUMO

As mulheres têm conquistado espaços nunca antes ocupados, desde trabalhos destinados apenas ao gênero masculino, até lugares de liderança em grandes empresas, indicando a necessidade de se considerar as especificidades do trabalho feminino e suas exigências e possíveis repercussões na saúde. O objetivo deste estudo foi avaliar o perfil ocupacional de mulheres da cidade de Uberaba/Minas Gerais, como parte do “Inquérito de Saúde da Mulher”, estudo transversal de base populacional, conduzido com uma amostra de 1557 mulheres, sendo 567 (36,4%) trabalhadoras. Utilizou-se um questionário confeccionado pelos autores para coleta dos dados e o programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS) para a análise descritiva, com médias e desvio padrão para as variáveis contínuas e frequências e porcentagens para as categóricas. As idades variaram de 18 a 82 anos ($43,3 \pm 13,8$), com média de $10,04 \pm 13,8$ anos de estudo. Encontrou-se mais de quinze profissões, sendo as predominantes em ordem decrescente: vendedora, empregada doméstica, costureira, diarista, professora, cozinheira, cuidadora, cabelereira e serviços gerais. Quanto ao vínculo empregatício, 48,7% tinham registro de carteira/funcionárias públicas, 15,5% eram autônomas com recolhimento previdenciário e 32,3% autônomas sem recolhimento previdenciário. Quanto a organização do trabalho, 83,2% trabalhavam até 8 horas diárias, 92% não realizavam ginástica laboral no local de trabalho, 70% tinham pausa para descanso, 68,2% cumpriam metas e 85% não relataram pressão para cumpri-las. Quanto a afastamentos do trabalho, 77% já se afastaram por menos de 15 dias e 22% por mais de 15 dias. O relacionamento no local de trabalho foi relatado por 79% como bom entre os colegas e por 80% com a chefia. A média quanto a satisfação no trabalho, considerando “0=nenhuma satisfação e 10=satisfação total” foi de $7,9 \pm 13,8$. Os resultados obtidos ressaltam a importância da realização de mais pesquisas sobre gênero e trabalho para subsidiar políticas públicas que envolvam a saúde da mulher trabalhadora.

Palavras-chave: Mulheres. Emprego. Inquéritos de saúde.

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG – APQ - 01825-12.

REFERÊNCIAS

- VIDAL, RQS; SILVANY NETO, AM. Trabalhadoras brasileiras: características socioeconômicas e ocupacionais e perfil de saúde, Brasil, 2003. Rev. bras. saúde ocup., São Paulo, v. 34, n. 120, p. 115-127, dec. 2009.
- HRYNIEWICZ, LGC; VIANNA, MA. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. Cad. EBAPE.BR. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 331-344, set. 2018. 395174876.



VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT)

SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: uma questão de gênero?

13 e 14 de maio de 2019

INDICADORES DE BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA EM MULHERES QUE EXERCEM TRABALHO REMUNERADO NO MUNICÍPIO DE UBERABA

Gabriela Souza Faria⁽¹⁾; Thais de Souza Toledo⁽²⁾; Isabel Aparecida Porcatti de Walsh⁽³⁾; Jéssica Carvalho Lima⁽⁴⁾

¹Programa de Mestrado em Fisioterapia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, gabrielasf26@hotmail.com;

²Mestranda do Programa de Mestrado em Fisioterapia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro;

³Docente do curso de Fisioterapia e Programa de Mestrado em Fisioterapia Universidade Federal do Triângulo Mineiro;

⁴Mestranda do Programa de Mestrado em Fisioterapia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

RESUMO

O A inserção direta da mulher no mercado de trabalho reflete positivamente na sua autoestima e independência financeira promovendo assim sua saúde e bem-estar. O objetivo do presente estudo foi avaliar os indicadores de bem-estar em mulheres que exercem trabalho remunerado no Município de Uberaba. Trata-se de um estudo transversal, quantitativo, parte do Inquérito de Saúde da Mulher, realizado em Uberaba, com amostra de 1483 mulheres. Foram utilizados para as avaliações questões do Questionário WHOQOL nas duas últimas semanas, para rastreamento de transtornos mentais não-psicóticos o Self-Report Questionnaire (SRQ-20) para os últimos trinta dias, e as características sociodemográficas e exercício de trabalho remunerado foram auto relatadas. Os dados foram processados pelo Statal Package for Social Sciencies (SPSS), empregando valores de tendência central e valores de dispersão expressos em análise descritiva, Teste Man Whitney e Qui-Quadrado de Pearson ($p < ,005$) para análise inferencial. A média de trabalho remunerado. Ao relacionar as variáveis “Dificuldade no serviço” e “Satisfação no trabalho” houve significância ($p = ,001$) na qual as mulheres que consideraram seus trabalhos como penoso ou causa de sofrimento obtiveram uma média de satisfação no trabalho de 6,12 ($\pm 2,52$) enquanto as demais apresentaram a média 8,17 ($\pm 2,17$). Já para “Dificuldade no serviço” como variável dependente, 42 mulheres (50%) afirmaram dormir mal ($p = ,001$); 47 mulheres (56%) afirmaram se cansar com facilidade ($p = ,001$). Das três mulheres que avaliaram a qualidade de vida como “Muito Ruim”, duas (66,7%) relataram dificuldade no trabalho e das 21 que classificaram a qualidade de vida com “Ruim” 12 (57,1%) apresentaram a mesma relação que se mostrou significativa ($p = ,001$). Oito mulheres classificaram sua satisfação com a saúde como “Muito Ruim”, dessas seis (75%) autodeclararam dificuldade no trabalho ($p = ,001$). O impacto da qualidade de vida entre trabalhadoras mulheres pode ser relacionado ao trabalho e satisfação ao executá-lo.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Saúde da mulher. Emprego.

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG – APQ - 01825-12.



VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT)

SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: uma questão de gênero?

13 e 14 de maio de 2019

MORBIDADES REFERIDAS, PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E TRABALHO REMUNERADO DE MULHERES: ESTUDO POPULACIONAL

Gabriela Rodrigues⁽¹⁾; Patricia Ribeiro Marcacine⁽²⁾; Isabel Aparecida Porcatti de Walsh⁽³⁾; Jessica Carvalho Lima⁽⁴⁾

¹ Acadêmica do curso de Fisioterapia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, gabrielardgs6@gmail.com;

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Atenção à Saúde, Universidade Federal do Triângulo Mineiro;

³ Docente do curso de Fisioterapia e Programa de Mestrado em Fisioterapia Universidade Federal do Triângulo Mineiro;

⁴ Mestranda do Programa de Mestrado em Fisioterapia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

RESUMO

As mulheres inseridas no mercado de trabalho podem desempenhar papel relevante na construção de sua independência financeira, auto percepção de sua competência e valor social e ampliação da autoestima. Por outro lado, pesquisas realizadas em diferentes contextos têm mostrado que o trabalho remunerado pode levar ao adoecimento. Já as atividades domésticas supostamente são tidas como de menor pressão quanto a prazos, senso de responsabilidade e controle sobre as tarefas. No entanto, são socialmente desvalorizadas, consideradas como improdutivas e associadas ao isolamento dentro de casa, a estagnação e a doença para quem o realiza exclusivamente. O objetivo do presente estudo foi verificar as associações entre trabalho remunerado, com o perfil sociodemográfico e morbidades referidas nos sistemas cardíaco, respiratório, emocional, neurológico, digestivo, genitourinário, tumoral e endócrino/metabólico, analisando dados de um estudo transversal de base populacional - Inquérito de Saúde da Mulher da cidade de Uberaba/Minas Gerais. Participaram 1.483 mulheres a partir de dezoito anos, sendo 533 com trabalho remunerado e 950 sem trabalho remunerado. Para a análise dos dados foi utilizado o programa Statiscal Package for Social Sciencies (SPSS), empregando-se os Testes Man Whitney e Qui quadrado ($p < 0,05$). A maioria das mulheres (64,1%) não exercia trabalho remunerado. As mulheres que exerciam trabalho remunerado eram mais jovens ($p < 0,001$), não estavam em união estável (51,3%) e apresentaram maior média de escolaridade ($p < 0,001$). Não houve diferença significativa entre os grupos para a renda per capita. As morbidades referidas mais relatadas foram as do sistema respiratório. Houve diferença significativa entre os grupos para as morbidades referidas no sistema genitourinário ($p = 0,011$) e digestivo ($p = 0,005$), com maior comprometimento para as mulheres que não exerciam trabalho remunerado. Parece necessário e urgente que as políticas públicas de saúde invistam no desenvolvimento de estratégias preventivas e curativas para essa população.

Palavras-chave: Mulheres. Inquérito de saúde. Sistema osteomuscular.

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG – APQ - 01825-12.

REFERÊNCIAS

FIORIN, PC; de OLIVEIRA, CT; DIAS, ACG. Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade. Rev. bras. orientac. prof. v. 15, n. 1, p. 25-35, 2014.

BRASIL. Anuário Estatístico da Previdência Social/Ministério do Trabalho e Previdência Social, Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. Brasília: MTPS/DATAPREV, 2014.

BARROS, MBA; LIMA, MG; MEDINA, LPB; SZWARCOWALD, CL; MALTA, DC. Social inequalities in health behaviors among brazilian adults: National Health Survey. Int J Equity in Health, n. 15, p.148, 2016.



VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT)

SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: uma questão de gênero?

13 e 14 de maio de 2019

A REFORMA TRABALHISTA E OS IMPACTOS DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO DIREITO À DESCONEXÃO DO TRABALHO

Juliana Santos de Freitas⁽¹⁾

¹Pós-Graduanda lato sensu em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Estácio de Sá, Advogada, Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), jusantosfreitas@hotmail.com.

RESUMO

A tecnologia impactou a vida do empregado em seu ambiente de trabalho, inclusive fora dele. Em decorrência do avanço tecnológico, se desconectar do trabalho está cada dia mais difícil. O trabalhador tem o direito à desconexão, exemplo disso são os intervalos intra e interjornada, as férias e o descanso semanal remunerado, os quais são essenciais para assegurar sua saúde física e psíquica. O empregado necessita vender sua força laboral durante uma determinada jornada de trabalho em troca de salário para prover o seu sustento. Entretanto, faz-se necessário que o trabalhador tenha direito a se desconectar do ambiente de trabalho para que possa viver e usufruir de lazer, de convívio social e familiar e de tantas outras situações que é privado enquanto cumpre sua jornada de trabalho. O direito à desconexão está intimamente ligado à tecnologia e ao trabalho humano. A tecnologia possibilitou ao empregador manter seu empregado sob controle e vigilância mesmo fora do seu horário de trabalho, além de possibilitar que ele continue trabalhando fora de seu ambiente de trabalho. Este trabalho tem como objetivo analisar, sob uma óptica constitucional, algumas situações trazidas pela reforma trabalhista que impactaram diretamente o direito à desconexão; além de buscar entender como as tecnologias da informação e comunicação interferem na vida do trabalhador fora do ambiente de trabalho. Sendo assim, o método de abordagem utilizado é o dedutivo, partindo de uma análise sob a óptica constitucional do direito à desconexão, e chegando a situações específicas trazidas pela reforma trabalhista em que o direito à desconexão muitas vezes não é respeitado. O trabalho apresenta como resultado final a constatação de grave violação ao direito à desconexão do trabalhador. E conclui que se faz necessária uma resposta jurídica adequada a esse paradoxo do mundo moderno de novas tecnologias e do trabalho humano.

Palavras-chave: Direito à desconexão do trabalho. Reforma trabalhista. Tecnologias de informação e comunicação.

REFERÊNCIAS

DUTRA, Silvia Regina Bandeira; VILLATORE, Marco Antônio César. Teletrabalho e o direito à desconexão. Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, PR, v. 3, n. 33, p. 142-149, set. 2014.

LAMBERTY, Andrey Oliveira; GOMES, Thais Bonato. O direito à desconexão do empregado e o teletrabalho: uma análise das alterações trazidas pela lei 13.467/2017. In: 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede, 2017, Santa Maria, RS. Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Do direito à desconexão do trabalho. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Campinas, SP, n. 23, p. 296-313, jul./dez. 2003.



VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT)

SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: uma questão de gênero?

13 e 14 de maio de 2019

AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE PARA O TRABALHO EM MULHERES ECONOMICAMENTE ATIVAS DA CIDADE DE UBERABA - MG

Patricia Ribeiro Marcacine⁽¹⁾; Karol Ribeiro⁽²⁾; Isabel Aparecida Porcatti de Walsh⁽³⁾; Jessica Carvalho Lima⁽⁴⁾

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Atenção à Saúde, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, patriciaribeiomarcacine@yahoo.com.br;

²Acadêmica do curso de Fisioterapia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro;

³Docente do curso de Fisioterapia e do Programa de Mestrado em Fisioterapia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro;

⁴Mestranda do Programa de Mestrado em Fisioterapia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

RESUMO

A participação das mulheres no mercado de trabalho vem aumentando acentuadamente, observando-se que as dificuldades também se agravaram em suas vidas, já que passaram a conciliar suas atividades domésticas, familiares e profissionais, vivenciando ainda as desigualdades de gênero no ambiente do trabalho. Essas condições podem influenciar diretamente em sua saúde física e mental e, conseqüentemente, na capacidade para o trabalho. O objetivo deste estudo foi avaliar a capacidade para o trabalho das mulheres trabalhadoras de Uberaba-MG. Trata-se de um estudo transversal com base populacional, prospectivo e com abordagem quantitativa, conduzido com uma amostra de 1577 mulheres residentes na zona urbana do referido município, sendo um total de 446 trabalhadoras. Este estudo pertence a um projeto maior denominado “Inquérito de Saúde da Mulher” ocorrido no ano de 2014. Foram utilizados um questionário estruturado para a caracterização sociodemográfica e o Índice de Capacidade para o Trabalho. A análise estatística descritiva. As análises estatísticas foram realizadas no IBM SPSS versão 24 para Windows, utilizando-se medidas como frequência, porcentagem, mínimo, máximo, média e desvio-padrão. As mulheres trabalhadoras apresentaram média de idade de 42,70±13,74 anos, variando entre 18 e 82 anos. Houve a prevalência de mulheres com companheiro (53,40%) e com escolaridade de 9 a 12 anos de estudo (34,50%). A média do ICT foi de 39,17 ±6,11 pontos, indicando boa capacidade para o trabalho. Destaca-se que 21,20% das trabalhadoras atingiram 44 a 49 pontos, sendo considerada ótima capacidade para o trabalho e 4,10% apresentaram baixa pontuação no ICT. A capacidade para o trabalho foi identificada como boa, mas devem-se desenvolver ações que propiciem a manutenção e melhora dessa, por meio do desenvolvimento de políticas públicas e ampliação das atividades de prevenção e promoção da saúde das trabalhadoras.

Palavras-chave: Mulheres trabalhadoras. Trabalho feminino. Avaliação da capacidade de trabalho.

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG – APQ - 01825-12.

REFERÊNCIAS

MARCACINE, PR; CASTRO, SS; CASTRO, SS; MEIRELLES, MCC; HAAS, VJ; WALSH, IAP. Qualidade de vida, fatores sociodemográficos e ocupacionais de mulheres trabalhadoras. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v.24, n.3, jan-mar, 2019.

OLIVEIRA, ERA; et al. Gênero e qualidade de vida percebida: estudo com professores da área de saúde. Ciênc. saúde coletiva., Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 741-747, mar. 2012.

TUOMI, K; et al. Índice de capacidade para o trabalho. Traduzido por Frida Marina Fischer (Coord.). São Carlos: EdUFSCar, 2010, 59 p.



VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT)

SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: uma questão de gênero?

13 e 14 de maio de 2019

SINTOMAS OSTEOMUSCULARES EM MULHERES TRABALHADORAS DE UBERABA/MG

Ana Carolina Silva Ribeiro⁽¹⁾; Gabriela de Souza Faria⁽²⁾; Isabel Aparecida Porcatti de Walsh⁽³⁾; Jessica Carvalho Lima⁽⁴⁾

¹Acadêmica do curso de Fisioterapia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, karollribeiro@hotmail.com;

²Mestranda do Programa de Mestrado em Fisioterapia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro;

³Docente do curso de Fisioterapia e Programa de Mestrado em Fisioterapia Universidade Federal do Triângulo Mineiro;

⁴Mestranda do Programa de Mestrado em Fisioterapia, Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

RESUMO

Os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, especialmente a dor crônica pode ter consequências como depressão, incapacidade física e funcional, dependência, afastamento social, alterações na dinâmica familiar, desequilíbrio econômico dentre outros, comprometendo a qualidade de vida da mulher trabalhadora. Neste contexto, a avaliação de seus sintomas pode oferecer subsídios para ações educacionais e preventivas, promovendo a saúde no âmbito do trabalho. O objetivo deste estudo foi avaliar a presença de sintomas osteomusculares em mulheres trabalhadoras da cidade de Uberaba/MG. Trata-se de um estudo transversal de base populacional e abordagem quantitativa, pertencente a um projeto denominado Inquérito de Saúde da Mulher da cidade de Uberaba/MG, conduzido com uma amostra de 1557 mulheres, sendo 532 trabalhadoras. Foi utilizado o Questionário Nórdico de sintomas osteomusculares, que consta de um esboço da figura humana, indicando nove regiões anatômicas para o relato da presença de sintomas e frequências nos últimos 7 dias. Para a análise descritiva dos dados foram utilizadas médias e desvio padrão e para as variáveis contínuas e frequências e porcentagens para as categóricas, utilizando-se o programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS). As trabalhadoras tinham idade entre 18 e 82 ($42,97 \pm 14,10$). Quanto a frequência dos sintomas, as regiões com menor número de mulheres sem sintomas nos últimos sete dias foram cotovelo: 506 (94,9%), pescoço: 476 (89,3%) e ombro: 468 (87,8%) e com maior número a coluna lombar 66 (19,5%). As regiões com maior número de mulheres com sintomas frequentemente foram lombar (7,9%), torácica (7,7%) e tornozelo/pé (7,3%). As regiões de maior intensidade dos sintomas foram intensidade dos sintomas foram a lombar ($1,42 \pm 3,03$), torácica ($1,17 \pm 2,80$) e tornozelo/pé ($1,23 \pm 2,93$). Considerando a presença de sintomas, como encontrado nesse inquérito, é necessário desenvolver ações de reconhecimento, prevenção e tratamento precoce dos mesmos, monitorando a capacidade físico-funcional dessas trabalhadoras e propondo medidas de reabilitação para as limitações funcionais.

Palavras-chave: Mulheres. Inquérito de saúde. Sistema osteomuscular. Avaliação de sintomas.

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG – APQ - 01825-12.

REFERÊNCIAS

NASCIMENTO, PRC; COSTA, LOP. Prevalência da dor lombar no Brasil: uma revisão sistemática. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 31, n. 6, p. 1141-1156, jun. 2015.

DE OLIVEIRA MM; ANDRADE, SCA; DE SOUZA, CAV; SZWARCOWALD, CL; MALTA DC. Problema crônico de coluna e diagnóstico de DORT autorreferidos no Brasil. Epidemiol. Serv. Saúde. Brasília, v. 24, n. 2, p. 287-296, abr-jun, 2015.

KUORINKA I; et al. Standardised Nordic questionnaires for the analysis of musculoskeletal symptoms. Appl Ergon. v. 18, p. 233-7, 1987.



VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT)

SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: uma questão de gênero?

13 e 14 de maio de 2019

O TRABALHO ESCRAVO MODERNO COMO FACETA DA DEGRADÂNCIA DO INDIVÍDUO NA SOCIEDADE

Thaís Salgado Silva⁽¹⁾

¹Mestranda em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: thais.salgado_geo@yahoo.com.br.

RESUMO

O trabalho escravo é uma prática aviltante dos valores sociais do trabalho e da suplantação do direito à dignidade da pessoa humana. Modernamente, esse conceito não se restringe apenas ao cerceamento de liberdade do indivíduo, mas se manifesta sob qualquer exposição do trabalhador a condições degradantes de trabalho. A redução do indivíduo a condição análoga à de escravo encontra-se tipificado no artigo 149 do Código Penal, sendo consumado diante de quatro condutas específicas: sujeição da vítima a trabalhos forçados; sujeição da vítima a jornadas exaustivas; sujeição da vítima a condições degradantes de trabalho; restrição do direito de locomoção do indivíduo em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. Nesse sentido, este trabalho objetivou identificar os principais flagrantes de trabalho escravo no Estado de Minas Gerais e as situações de sua ocorrência. A pesquisa foi realizada a partir de um levantamento bibliográfico sobre a temática, entrevistas com os auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lotados em Uberlândia e análise dos dados de fiscalização realizados no Estado no período de 2004 a 2017. Os relatórios de fiscalização apontaram que o trabalho escravo predomina no meio rural, incidindo exponencialmente nos ramos da agricultura, carvoaria, construção civil e pecuária. Ademais, evidenciou-se que no ano de 2016 quase 900 trabalhadores foram resgatados em situação análoga à escravidão como resultado de 115 ações fiscais do MTE em Minas Gerais. Ante o exposto, observa-se que o trabalho escravo persiste como prática limitadora de direitos na sociedade e hoje se encontra transvestida pelo desprezo as garantias sociais previstas na Constituição Federal. Para tanto, é necessário envidar esforços das instituições de controle – Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho, Polícia Federal – para

Palavras-chave: Condições degradantes de trabalho. Relatórios de fiscalização. Estado de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. Trabalho escravo contemporâneo: a conceituação à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. 2008, 175fls. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte/Minas Gerais.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: parte especial, v.2. 14ª edição. Niterói, Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2017.

HADDAD, Carlos Borlido Haddad; MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira (Coordenação). Trabalho escravo: entre os achados da fiscalização e as respostas judiciais. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018.



VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT)

SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: uma questão de gênero?

13 e 14 de maio de 2019

ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS, TRABALHO E TRANSTORNO MENTAL COMUM EM MULHERES COM TRABALHO REMUNERADO: INQUÉRITO DE SAÚDE DA MULHER

Jessica Carvalho Lima⁽¹⁾; Thais de Souza Toledo⁽²⁾; Isabel Aparecida Porcatti de Walsh⁽³⁾; Patricia Ribeiro Marcacine⁽⁴⁾

¹Programa de Pós-Graduação em Fisioterapia Universidade Federal do Triângulo Mineiro, jcarvalho.fisio.uftm@hotmail.com;

²Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Fisioterapia Universidade Federal do Triângulo Mineiro;

³Docente do curso de Fisioterapia e Programa de Mestrado em Fisioterapia Universidade Federal do Triângulo Mineiro;

⁴Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Atenção a Saúde Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

RESUMO

A inserção das mulheres ao mercado de trabalho está cada vez mais intensa, em contrapartida as condições de trabalho refletem o panorama social enfrentado pela mulher brasileira, caracterizada pela desigualdade de gênero resultando nas diferenças salariais, oportunidades de cargos, cobrança e pressão a cumprir metas, muitas vezes aliada a dupla jornada de trabalho. O objetivo do estudo foi analisar a prevalência de Transtorno mental comum (TMC) em mulheres com trabalho remunerado do município de Uberaba, Minas Gerais e a associação desse às características sociodemográficas e ocupacionais, através dos dados do Inquérito de Saúde da Mulher (ISA MULHER) da cidade de Uberaba, um estudo transversal de base populacional. Para o indicativo de TMC, utilizou-se o Self-Reporting Questionnaire e para as variáveis de aspectos ocupacionais e sociodemográfico, utilizou-se questionário desenvolvido pelos pesquisadores. Na análise dos dados foi utilizado o programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS), empregando-se os Testes Man Whitney e Qui-quadrado ($p < 0,05$). Foram incluídas nesse estudo 552 mulheres trabalhadoras, sendo que 181 (32,79%) apresentaram indicativo de TMC, com média de idade de 43,36 ($\pm 13,56$) anos. Houve associação entre o indicativo de TMC e mulheres com menor escolaridade ($p < 0,001$) e menor renda per capita ($p < 0,001$); indicativo de TMC e cumprimento de metas ($p = 0,030$), pressão para cumpri-las (0,028), afastamentos do trabalho < 15 dias ($p = 0,044$) e > 15 dias ($p = 0,005$); e menor satisfação com o trabalho ($p = 0,001$), com média de 7,35 ($\pm 2,35$) para mulheres com indicativo de TMC e média de 8,21 ($\pm 2,12$) para as demais. Foi possível evidenciar o TMC em 32,79% das mulheres trabalhadoras de Uberaba e a associação desses às características sociodemográficas e ocupacionais, reforçando a importância de se considerar o processo de trabalho e as questões de gênero como determinantes no processo saúde-doença dessas trabalhadoras.

Palavras-chave: Trabalho. Transtornos mentais. Saúde mental. Mulheres.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. M. et al. Transtornos mentais comuns em mulheres: estudo comparativo entre mulheres donas-de-casa e trabalhadoras. Rev. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 260-269, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v14n2/v14n2a17.pdf> >. Acesso em: 22 abr. 2018.

CARLOTTO, M. S. et al. Transtornos mentais comuns e fatores associados em trabalhadores: uma análise na perspectiva de gênero. Cad. Saúde Colet., Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 172-178, 2011. Disponível em: http://www.cadernos.iesc.ufrj.br/cadernos/images/csc/2011_2/artigos/csc_v19n2_172-178.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

LIMA, M. S. Stressful life events and minor psychiatric disorders: an estimate of the population attributable fraction in a Brazilian community-based study. Int. J. Psychiatry Med., New York, v. 26, n. 2, p. 211-22, 1996. DOI: <http://dx.doi.org/10.2190/W4U4-TCTX-164J-KMAB>.



VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT)

SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: uma questão de gênero?

13 e 14 de maio de 2019

ASPECTOS BIOPSISSOCIAIS E A QUALIDADE DE VIDA DE TRABALHADORES DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE EM REGIÕES DISTINTAS

Thays Peres Brandão⁽¹⁾, Pollyane Elias Reis⁽²⁾, Priscila Portes Almeida⁽³⁾

¹Acadêmico do curso de Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Universidade Federal de Uberlândia, thaystpb24@gmail.com;

²Acadêmico do curso de Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador Universidade Federal de Uberlândia;

³Acadêmico do Curso de Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador, Universidade Federal de Uberlândia.

RESUMO

Qualidade de vida é um conceito amplo, que abrange o estado psicológico, o nível de independência, a saúde física, as crenças e a relação pessoal com o meio ambiente e trabalho. Os profissionais da atenção básica devem estar bem preparados e com excelentes condições biopsicossociais para exercerem seu trabalho (BRASIL, 2012). O objetivo geral desse trabalho é comparar a qualidade de vida e os fatores biopsicossociais dos profissionais da atenção básica em saúde de duas regiões distintas do Brasil. Tratou-se de uma revisão integrativa de literatura, com a seleção de três artigos que avaliavam a qualidade de vida de trabalhadores de UBS e que utilizaram algum questionário para tal análise. Na análise dos artigos selecionados obteve-se um total de 101 profissionais. Partindo desse universo, o cálculo amostral considerando nível de confiança igual à 95% e erro amostral de 5%, obtivemos um número amostral de 85 profissionais. Os resultados apresentaram equipes predominantemente feminina, faixa etária entre 31 e 45 anos, casadas. Em relação à qualidade de vida, existem domínios que precisam ser trabalhados para que se tornem satisfatórios e melhorem a qualidade de vida desses trabalhadores, os que mais necessitam de melhora são vitalidade, atividade física, relações sociais e ambiente. Portanto ao se comparar a qualidade de vida dos trabalhadores de Unidade Básicas de saúde de diferentes regiões do Brasil foi notório que a região nordeste necessita de intervenção para o cuidado com a saúde de seus servidores uma vez que nos domínios avaliados apenas o estado geral de saúde se encontra satisfatório, a região Sul, também deve-se ater acerca da qualidade de vida dos seus profissionais. Assim nas regiões distintas do Brasil devem ser adotadas alternativas inovadoras que atuem especificamente na qualidade de vida dos trabalhadores da saúde.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Estratégia de Saúde da Família. Saúde do trabalhador.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.



VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT)

SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: uma questão de gênero?

13 e 14 de maio de 2019

REVISÃO DAS PRÁTICAS DE SAÚDE E PREVENÇÃO DE IST EM AMBIENTES UNIVERSITÁRIOS

João Pedro Santos Pereira⁽¹⁾; Keyme Gomes Lourenço⁽²⁾; Daniela Cristina de Cario Calaça⁽³⁾; Ezequias Cardozo da Cunha Junior⁽⁴⁾

¹ Acadêmico do curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Uberlândia, jpeddropereira@gmail.com;

² Acadêmico do curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Uberlândia;

³ Acadêmica do curso de mestrado em educação, Universidade Federal de Uberlândia;

⁴ Acadêmico do curso de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Uberlândia.

RESUMO

Entendem-se como IST todas as infecções capazes de serem transmitidas entre indivíduos por relações sexuais. São conhecidos mais de trinta agentes infecciosos, como bactérias, vírus e fungos. O alto número de relações sexuais de risco e os inúmeros fatores envolvidos no desempenho de comportamentos sexuais seguros indicam a importância da feitura de programas e campanhas de prevenção, focadas especificamente para a alteração de comportamentos e, no geral, para a promoção da saúde sexual. A maior parte dos programas de prevenção foca em atividades com os adolescentes, independente do gênero, e são desenvolvidos exclusivamente em contexto escolar. Entretanto, é necessário estender os programas e campanhas de prevenção de IST aos jovens e adultos do ensino superior, por isso, precisamos compreender a sexualidade dos estudantes universitários para trabalhar dentro desta realidade e contexto. As escolas e universidades, enquanto espaços multidisciplinares de formação facilitam o desenvolvimento de trabalhos sobre IST e sua continuidade, tendo como foco a prevenção. O objetivo da presente revisão é entender e discutir melhores maneiras para a realização de intervenções de prevenção de IST nas instituições educacionais. A educação sobre saúde sexual é praticada seguindo um processo de diagnóstico e de intervenção. O professor sendo um agente educativo com papel de facilitador de elementos cognitivos e de instrumentos de conduta aos estudantes e seus grupos, tem chances de atingir camadas maiores de estudantes. Desta forma, as escolas e universidades podem constituir importantes ambientes promotores da saúde para sua comunidade, por meio da criação de condições de vida e de trabalho que sejam saudáveis, seguras, estimulantes e agradáveis. As instituições de ensino deveriam proporcionar a comunidade acadêmica não só a possibilidade de adquirir conhecimentos e competências na área da saúde, mas também, facilitar as escolhas saudáveis de seus membros nos diferentes contextos de vida.

Palavras-chave: Prevenção de IST. Educação sexual. Universidade.

REFERÊNCIAS

CANO, Maria Aparecida Tedeschi et al. O conhecimento de jovens universitários sobre AIDS e sua prevenção. Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 9, n. 3, 2007.

RAMIRO, Lúcia; MATOS, Margarida Gaspar de. Perceptions of Portuguese teachers about sex education. Revista de saude publica, v. 42, n. 4, p. 684-692, 2008.



VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT)

SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: uma questão de gênero?

13 e 14 de maio de 2019

RELATO DE EXPERIÊNCIA: QUALIDADE DE VIDA DE GESTANTES TRABALHADORAS

Aline Alvim Ferreira⁽¹⁾; Carla Denari Giuliani⁽²⁾; Isabela Macedo Vitorino dos Santos⁽³⁾; Paola Moreira Soares⁽⁴⁾

^{1,2,3,4}Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

RESUMO

A maternidade é uma fase que requer cuidados para manutenção da saúde materno-infantil. Dentre as propostas empregadas pela Rede Cegonha, se destaca a importância da educação em saúde em todos os processos que envolvam o ciclo gravídico-puerperal. Evidências científicas demonstram que o ambiente estressante do trabalho pode influenciar diretamente a saúde da mãe e seu conceito. Portanto se faz importante a presença de profissionais envolvidos dentro de empresas com o intuito de proporcionar bem-estar no período gestacional. Relatar a importância da realização do atendimento pré-natal, por meio da consulta de enfermagem, dentro do ambiente de trabalho em um Call Center no município de Uberlândia/MG, de maneira a promover a saúde bem como educação em saúde com as gestantes da empresa. Trata-se de um relato de experiência, de um projeto de extensão vinculado com a empresa parceira, discentes e docentes do curso de enfermagem entre os meses de julho a dezembro de 2018. Durante esse período foram realizadas consultas de pré-natal, onde os discentes de enfermagem realizam o exame físico da gestante, assim como ausculta dos batimentos cardíacos do bebê, como também uma análise das complicações gestacionais que essa rotina de trabalho pode agravar. Assim, o projeto tem o intuito de acompanhar a gestação e o bem-estar da gestante que ali trabalha. Foram atendidas 78 gestantes, nas quais identificou-se a ocorrência de algumas patologias. Dentre as complicações obstétricas estão: hipertensão arterial, obesidade, infecção urinária recorrente, hipertireoidismo, hipotireoidismo, diabetes gestacional e descolamento de placenta, sendo fatores preocupantes para a saúde materno-infantil. Neste contexto, é importante destacar a grande relevância deste atendimento nas empresas, no intuito de informar as gestantes sobre assuntos e temas recorrentes na gravidez e assim minimizar complicações que podem colocar o bem-estar materno e fetal em risco.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador. Cuidado pré-natal. Saúde da mulher.



VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT)

SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: uma questão de gênero?

13 e 14 de maio de 2019

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR: PARA ONDE CAMINHA O DIREITO?

Catharina Lopes Scodro⁽¹⁾

¹Acadêmica do curso de Direito na Faculdade de Direito “Prof. Jacy de Assis” da Universidade Federal de Uberlândia, catharina.scodro@gmail.com

RESUMO

A Revolução Industrial alterou as relações entre homem/máquina e homem/homem relacionadas, sobretudo, ao modelo produtivo e à pretensão de elevar exponencialmente a lucratividade. Nesse contexto, as fatalidades ocorridas no ambiente laboral eram assimiladas como inerentes à atividade. Em face dessa realidade degradante, a percepção da saúde do trabalhador sofreu significativa evolução, perceptível em quatro etapas (OLIVEIRA, 2010, p. 52-63). Na etapa da medicina do trabalho, em meados de 1830, a análise da saúde do trabalhador e a atuação médica era posterior à enfermidade. Já por volta de 1950, a concepção majoritária direcionava-se à saúde ocupacional, em que a preocupação destacava a causa das enfermidades, possibilitando a multidisciplinariedade profissional. Na década de 1970, diante do seu insucesso, emergiu a etapa da saúde do trabalhador, em que os próprios trabalhadores se tornaram centrais na exigência por melhores condições de trabalho, requerendo que o seu exercício fosse realizado em ambientes hígidos e seguros. Por fim, desde 1985, impera a etapa da qualidade de vida do trabalhador, no qual o indivíduo anseia por melhores condições de vida no trabalho que repercutem afora de sua atuação profissional. Essa concepção dialoga diretamente com as preocupações relacionadas ao desenvolvimento sustentável e à proteção ao meio ambiente do trabalho. Diante disso, esse estudo se propõe a analisar a forma como a saúde e a segurança do trabalhador são auferidas na atualidade, a partir dessa evolução e da compreensão de meio ambiente laboral sob uma ótica sistêmica. Para tanto, utilizou-se do método bibliográfico-dedutivo, com a consulta de obras de Sociologia do Trabalho e de Direito Ambiental do Trabalho. Em sede preliminar, afirma-se que a proteção jurídica relacionada à saúde do trabalhador se lapida e, desde 1970, centraliza o indivíduo, de modo que o meio ambiente do trabalho deve a ele se adaptar, proporcionando-lhe bem estar físico e psíquico.

Palavras-chave: Meio ambiente do trabalho. Saúde e segurança do trabalhador. Direito ambiental do trabalho. Direito do trabalho.

REFERÊNCIAS

FELICIANO, Guilherme Guimarães. Meio ambiente do trabalho: aspectos gerais e propedêuticos. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Campinas, SP, n. 20, p. 160-203, jul./set. 2002.

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. Direito ambiental e a saúde dos trabalhadores: controle de poluição, proteção do meio ambiente, da vida e da saúde dos trabalhadores no Direito Internacional, na União Europeia e no Mercosul. São Paulo: LTr, 2007.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. Proteção jurídica a saúde do trabalhador. São Paulo: LTr, 2010.



VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (PPGAT)

SAÚDE, AMBIENTE, TRABALHO: uma questão de gênero?

13 e 14 de maio de 2019

CASOS DE ZIKA VÍRUS, ENTRE 2018 A MARÇO DE 2019, EM UBERLÂNDIA (MG)

Iram Martins Costa⁽¹⁾; Elisângela de Azevedo Silva Rodrigues⁽²⁾

¹Geógrafo, Prefeitura Municipal de Uberlândia, geosaude@uberlandia.mg.gov.br;

²Professora de Geografia.

RESUMO

Zika Vírus (ZKV) é um vírus transmitido pelos mosquitos *Aedes aegypti* (mesmo transmissor da dengue e da febre Chikungunya) na área urbana. O Ministério da Saúde confirmou a relação do zika com a microcefalia e à ocorrência de manifestações da síndrome de Guillain-Barré (BRASIL, 2015). A Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia confirmou a ocorrência da doença no município no ano de 2016. O presente trabalho foi desenvolvido com o objetivo de estudar a situação epidemiológica da Zika Vírus, dando a conhecer a distribuição espacial e sexo dos pacientes, no período de janeiro de 2018 a março de 2019, no município de Uberlândia. A pesquisa foi feita por meio do levantamento de casos da doença no banco de dados da Secretaria Municipal de Saúde de Uberlândia. No período do estudo foram confirmados 119 casos da doença, no ano de 2018 foram 75 casos e 44 casos de janeiro a março de 2019. Os bairros com maior incidência de Zika no município estão localizados no Setor Sul, no bairro São Jorge, com 13 casos; no Setor Oeste, nos bairros: Guarani, com 7 casos, no bairro Luizote de Freitas, com 4 casos, Mansour e Jardim Europa, com 3 casos cada bairro; no Setor Leste, os bairros Residencial Integração, com 4 casos e Santa Mônica, com 3 casos da doença. Destes bairros, o bairro São Jorge, possui vulnerabilidade social de baixa à alta, o Guarani com vulnerabilidade média à alta, o Luizote de Freitas com vulnerabilidade média à alta, o Residencial Integração com vulnerabilidade alta à altíssima e o bairro Santa Mônica vulnerabilidade baixa à baixíssima (LIMA, 2016). Em relação ao sexo, 21 (17,7%) casos foram no sexo masculino e 98 (82,3%) casos no sexo feminino. A maior taxa de incidência de casos foi notificada até o mês de abril em cada ano.

Palavras-chave: Epidemiologia. Vulnerabilidade. Zika Vírus.

REFERÊNCIAS

LIMA, F. A. Territórios de vulnerabilidade social: construção metodológica e aplicação em Uberlândia-MG. 148 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) -Instituto de Geografia Universidade Federal de Uberlândia, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das doenças transmissíveis. Protocolo de vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia e/ou alterações do sistema nervoso central (SNC) [Internet]. Brasília, DF; 2015 [citado 2016 set 12]. Disponível em: <<http://combataedes.saude.gov.br/images/salade-situacao/MicrocefaliaProtocolo-de-vigilancia-eresposta-10mar2016-18h.pdf>>. Acesso em: 30/11/2017.